



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETÁRIO DE PROCURADORIA

INSTRUÇÕES:

As páginas deste **caderno de questões** estão numeradas seqüencialmente e contêm 100 questões.

ATENÇÃO!

- 1 - Verifique se a paginação deste caderno está correta.
- 2 - Verifique no **cartão de respostas** se seu nome, número de inscrição e data de nascimento estão corretos.
- 3 - Observe as recomendações impressas no **cartão de respostas**.
- 4 - Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a opção que a responde corretamente.
- 5 - Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova, inclusive a marcação do **cartão de respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**.
- 6 - Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado** no verso.
- 7 - Somente lhe será permitido retirar-se da sala após decorrida uma hora de prova. (Item 8 do Edital)
- 8 - Somente lhe será permitido levar seu **caderno de questões** caso permaneça em sala até decorridas duas horas de prova. (Item 9 do Edital)
- 9 - Os três últimos candidatos da sala a terminarem a prova somente sairão juntos. (Item 10 do Edital)
- 10 - Caso necessite algum esclarecimento solicite a presença do **chefe de local**.

CALENDÁRIO PREVISTO

Divulgação do Gabarito: 21/05/2002 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e na internet em <http://www.nce.ufrj.br/concursos>

Recursos: 22 e 23/05/2002, das 10 às 16 h no NCE/UFRJ, Bloco C do CCMN - Cidade Universitária - Ilha do Fundão.

O recurso deve ser apresentado em papel formato A4, digitado ou datilografado, utilizando folhas separadas para cada questão e constando, em cada folha, cargo, nome e número de inscrição do candidato.

Realização



Núcleo de Computação Eletrônica
Universidade Federal do Rio de Janeiro

LÍNGUA PORTUGUESA

NOSSA FRAQUEZA E NOSSA FORÇA

Roberto Mangabeira Unger

O Brasil tem hoje grande força e grande fraqueza. Compreender como usar nossa força para superar nossa fraqueza é requisito para o avanço que podemos dar nesse momento de nossa história. O governo a ser eleito nas próximas eleições será apenas um dos agentes desse avanço. Agentes teremos de ser todos.

Nossa grande força é a energia que desponta na nação. Essa energia tem três manifestações sociais mais importantes.

A primeira manifestação é a renovação de padrões produtivos que ocorreu em parte da indústria e da agricultura brasileiras. Nesse longo período em que nossos governantes sacrificaram as necessidades da economia real à conquista ilusória da respeitabilidade financeira, muitas empresas reagiram criativamente ao aperto. Estão prontas para crescer quando asseguramos as condições para diminuir os juros e para simplificar os tributos. E nossos bancos, entre os mais eficientes do mundo, têm tudo para mudar de ramo, passando a financiar a produção.

A segunda expressão de energia latente está na multidão de empreendedores e profissionais emergentes que representa o traço social mais notável do Brasil de hoje. Nenhum país, nem mesmo os Estados Unidos, tem cultura mais difusa e multiforme de iniciativa que o Brasil. O vigor dessa cultura ultrapassa os limites das atividades econômicas: deita raízes numa idéia mais ampla de auto-ajuda em todos os campos da experiência. Nossas instituições ainda não estão organizadas para apoiar esse impulso construtivo.

A terceira encarnação da energia brasileira é a mais obscura e a mais significativa. Por um processo secreto de autopreservação, boa parte da massa de trabalhadores dá sinais de optar por ideal pequeno-burguês; de querer seguir a trilha dos emergentes. Até mesmo a vida de biscateiro a que está condenada hoje mais da metade da nossa população adulta passou a servir, para milhões de pessoas, de introdução impiedosa à religião do esforço e ao culto dos esforçados.

Dar oportunidades e recursos a toda essa energia representa o caminho para o soerguimento do país. Indica a essência da obra do futuro governo. É no cumprimento dessa tarefa, anterior a opções programáticas mais arrojadas, que se poderão encontrar hoje os representantes de muitas vertentes da política e do pensamento brasileiros. Não é trabalho para sectários.

Se a energia que corre pelo país é nossa grande força, nossa grande fraqueza continua a ser a dúvida a respeito do nosso destino nacional. Os brasileiros de todas as classes sociais ainda não se convenceram de que o Brasil pode ser um grande país. Ainda não acreditam que o Brasil pode desenvolver, em proveito de toda a humanidade, uma forma própria de vida. Essa dúvida constitui um obstáculo maior do que as deficiências de ensino, as faltas dos partidos ou os excessos dos juros.

A solução é deixar que a energia sepulte a descrença. Definir e construir os meios para ampliar a base social das atividades produtivas e das práticas de auto-ajuda. Fazer do produtivo o social e do social o produtivo, em vez de tratar o produtivo e o social como compartimentos separados. Centrar a política na demarcação de um rumo que instrumentalize e capacite a energia frustrada do país. Trazer o Brasil à consciência e à posse de si mesmo.

1 - "O Brasil tem hoje grande força e grande fraqueza;" observe a seguir diversas formas de se reescrever a frase inicial do texto, sem a repetição do adjetivo *grande*:

- I - O Brasil tem hoje força e fraqueza grandes;
- II - O Brasil tem hoje força e fraqueza grande;
- III - O Brasil tem hoje grande força e fraqueza;
- IV - O Brasil tem hoje grandes força e fraqueza.

As frases que têm forma adequada são somente:

- a) I – II – III - IV;
- b) I – II - III;
- c) I – IV;
- d) II - III;
- e) I – III.

2 - A substituição INCORRETA de um termo do texto, por NÃO ter sido mantido o sentido original da frase é:

- a) "Compreender COMO usar nossa força..." – Compreender o modo de usar nossa força...;
- b) "...PARA superar nossa fraqueza..." - ...com a finalidade de superar nossa fraqueza...;
- c) "Estão prontas para crescer QUANDO assegurarmos as condições..." – Estão prontas para crescer no momento em que assegurarmos as condições...;
- d) "POR um processo secreto de autopreservação..." – por meio de um processo secreto de autopreservação...;
- e) "Nenhum país, NEM MESMO os Estados Unidos..." – Nenhum país, inclusive os Estados Unidos...

3 - A frase em que a substituição do verbo pelo substantivo cognato correspondente é feita de forma INCORRETA é:

- a) "Compreender como usar nossa força para superar nossa fraqueza..." – A compreensão de como usar nossa força para a superação de nossa fraqueza;
- b) "Estão prontas para crescer quando assegurarmos as condições para diminuir os juros e para simplificar os tributos." – Estão prontas para o crescimento quando assegurarmos as condições para a diminuição dos juros e para a simplicidade dos tributos;
- c) "E nossos bancos, entre os mais eficientes do mundo, têm tudo para mudar de ramo, passando a financiar a produção." – E nossos bancos, entre os mais eficientes do mundo, têm tudo para a mudança de ramo, passando ao financiamento da produção;
- d) "Nossas instituições ainda não estão organizadas para apoiar esse impulso construtivo" – Nossas instituições ainda não estão organizadas para o apoio desse impulso construtivo;
- e) "...dá sinais de optar por ideal pequeno-burguês;" – dá sinais de opção por ideal pequeno-burguês.

4 - Na frase "Agentes teremos de ser todos." ocorre um tipo de concordância também presente em:

- a) Brasileiros somos todos nós;
- b) Todos os agentes de mudança seremos persistentes;
- c) Seremos nós todos agentes de mudança;
- d) Todos nós, brasileiros, seremos agentes de mudança;
- e) Agentes de mudança teremos de ser todos nós.

5 - O segundo parágrafo do texto:

- a) identifica os elementos citados no primeiro período do texto;
- b) mostra posição crítica diante de governos passados;
- c) esclarece que os elementos citados no primeiro período são, na verdade, um só;
- d) compromete-se textualmente a citar as três manifestações sociais mais importantes;
- e) a *energia* citada no segundo período do parágrafo não é a mesma do primeiro.

6 - Pode-se deduzir da leitura do terceiro parágrafo que:

- a) o aperto econômico do governo fez com que muitas empresas brasileiras tivessem que apelar para empréstimos bancários com juros altos;
- b) o governo é considerado culpado pelos juros altos e pela falta de respeitabilidade financeira;
- c) os bancos brasileiros podem ser eficientes como instituições bancárias e em outros ramos de atividades comerciais;
- d) o crescimento das empresas brasileiras é inevitável, a partir do momento em que houver condições favoráveis para isso;
- e) a criatividade das empresas brasileiras não apareceu até o presente momento devido à falta de medidas que as auxiliem economicamente.

7 - "Nesse longo período em que nossos governantes sacrificaram as necessidades da economia real à conquista ilusória da respeitabilidade financeira,..."; o item abaixo em que a manchete transcrita comprova a afirmação destacada do texto é:

- a) "O real já está presente nas casas de câmbio da Europa!";
- b) "Empresas brasileiras exportam cada vez mais!";
- c) "O governo brasileiro reclama das medidas protecionistas européias!";
- d) "A Petrobrás apresenta balanço com lucro excelente!";
- e) "Indústria de calçados dá muitos empregos no Sul!";

8 - Em todas as frases abaixo, o autor do texto usa a primeira pessoa do plural; o item em que essa pessoa se refere a um *nós* distinto do das demais é:

- a) "...é requisito para o avanço que podemos dar nesse momento...";
- b) "Agentes teremos de ser todos";
- c) "Estão prontas para crescer quando assegurarmos as condições...";
- d) "Nossas instituições ainda não estão organizadas...";
- e) "Compreender como usar nossa força...".

9 - O texto é composto de 8 parágrafos; a observação INADEQUADA sobre o papel desses parágrafos no texto é:

- a) o último parágrafo corresponde à conclusão do texto;
- b) os parágrafos 2 a 6 desenvolvem as três manifestações do segundo parágrafo;
- c) só o sétimo parágrafo aponta a fraqueza do povo brasileiro;
- d) o primeiro parágrafo mostra a presença das partes do tema a ser desenvolvido;
- e) o sexto parágrafo mostra uma conclusão parcial.

10 - Indique o significado correto de um dos vocábulos sublinhados abaixo:

- a) "A segunda expressão de energia LATENTE..." – potencial;
- b) "Não é trabalho para SECTÁRIOS" – principiantes;
- c) "...e para simplificar os TRIBUTOS" – atributos;
- d) "...nossa fraqueza é REQUISITO para o avanço..." – requerimento;
- e) "...empreendedores e profissionais EMERGENTES..." – incompetentes.

11 - O texto emprega a primeira pessoa do plural em quase toda a sua extensão; no penúltimo parágrafo, porém, há uma troca para a terceira pessoa: *convenceram, acreditam*. Isso ocorre porque:

- a) o autor do texto pretende ampliar a visão do texto;
- b) os temas agora tratados dizem respeito a toda a população;
- c) houve esquecimento do ponto-de-vista anteriormente adotado;
- d) o autor pretende chegar a uma conclusão mais abrangente;
- e) o ponto-de-vista aí expresso não é o do autor do texto.

12 - "Até mesmo a vida de biscateiro a que está condenada hoje mais da metade da nossa população adulta passou a servir, para milhões de pessoas, de introdução impiedosa à religião do esforço e ao culto dos esforçados". Desse segmento pode-se inferir que:

- a) ser biscateiro passou a ser, hoje, um ideal de vida para os emergentes;
- b) a vida de biscateiro é uma saída digna para milhares de desempregados;
- c) o esforço dos biscateiros é apreciado por mais da metade de nossa população;
- d) a vida de biscateiro só é vista como impiedosa por quem está empregado;
- e) grande parte da população aprende com os biscateiros o valor do esforço.

13 - “Dar oportunidades e recursos a toda essa energia representa o caminho para o soerguimento do país”; a *energia* a que o autor do texto se refere é:

- a) a da renovação de padrões produtivos;
- b) a da multidão de empreendedores e profissionais emergentes;
- c) a da massa de trabalhadores em busca da trilha dos emergentes;
- d) a soma das energias citadas nos três parágrafos anteriores;
- e) a dos que se esforçam para a obtenção de empregos mais dignos.

14 - A fraqueza de nosso país pode ser resumida na palavra:

- a) insatisfação;
- b) deseducação;
- c) ceticismo;
- d) confiança;
- e) ganância.

15 - “Essa dúvida constitui um obstáculo maior do que as deficiências de ensino, as faltas dos partidos ou os excessos dos juro”; o comentário correto a respeito desse segmento do texto é:

- a) o autor reconhece a existência de problemas sociais, políticos e econômicos, de menor importância que a descrença dos brasileiros quanto ao destino do país;
- b) os problemas brasileiros – ensino deficiente, falta de partidos fortes e juro altos – são de menor vulto que a dúvida dos brasileiros sobre as possibilidades do país;
- c) a dúvida sobre o destino do país decorre dos problemas citados no mesmo segmento do texto;
- d) a ausência de partidos organizados e ideologicamente fortes é uma das causas geradoras da falta de confiança nos destinos do Brasil;
- e) os problemas citados nesse segmento do texto se organizam em relação contínua de causa e consequência.

16 - Ao recomendar que se deve “fazer do produtivo o social e do social o produtivo”, o autor do texto mostra que:

- a) o produtivo depende do social;
- b) o social depende do produtivo;
- c) o mais importante é o social voltado para o produtivo;
- d) o mais importante é o produtivo voltado para o social;
- e) social e produtivo são mutuamente dependentes.

17 - “Centrar a política na demarcação de um rumo que instrumentalize e capacite a energia frustrada do país”; o uso do subjuntivo nas formas sublinhadas tem o valor de:

- a) desejo, anelo;
- b) hipótese, concessão;
- c) dúvida;
- d) ordem, proibição;
- e) indignação.

18 - A temática do texto aparece como importante para as próximas eleições, o que transparece no seguinte segmento do texto:

- a) “Nossa grande força é a energia que desponta na nação”;
- b) “Não é trabalho para sectários”;
- c) “Trazer o Brasil à consciência e à posse de si mesmo”;
- d) “Agentes teremos de ser todos”;
- e) “A solução é deixar que a energia sepulte a descrença”.

19 - Os argumentos colocados no texto para a defesa das idéias do autor:

- a) se apóiam em citações de autoridades no assunto;
- b) carecem de credibilidade por serem radicalmente opostos ao governo atual;
- c) se fundamentam em opiniões pessoais;
- d) são apresentados como decorrentes de pesquisas de opinião;
- e) se estruturam a partir de silogismos e sofismas.

20 - Segmento do texto que NÃO pode ser considerado como crítica explícita ou implícita ao governo atual é:

- a) “O governo a ser eleito nas próximas eleições será apenas um dos agentes desse avanço”;
- b) “Nesse longo período em que nossos governantes sacrificaram as necessidades da economia real à conquista ilusória da respeitabilidade financeira,...”;
- c) “Estão prontas para crescer quando assegurarmos as condições para diminuir os juro e para simplificar os tributos”;
- d) “E nossos bancos, entre os mais eficientes do mundo, têm tudo para mudar de rumo, passando a financiar a produção”;
- e) “Até mesmo a vida de biscateiro a que está condenada hoje mais da metade da nossa população adulta...”.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - As normas constitucionais que regulam a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos e os direitos e garantias fundamentais, inseridas ou não num documento escrito, são classificadas como Constituição:

- a) flexível;
- b) formal;
- c) semi-rígida;
- d) dogmática;
- e) material.

22 - No caso de o Chefe Executivo discordar de parte de um projeto de lei aprovado, por entender contrário ao interesse público, poderá:

- a) vetá-lo integralmente, porque não se admite veto parcial;
- b) vetar a palavra que torne o sentido do texto contrário ao interesse público;
- c) vetar o artigo inteiro, em que haja a palavra que torne o sentido do texto contrário ao interesse público;
- d) vetá-lo integralmente, porque a razão de sua discordância é o interesse público;
- e) vetar integral ou parcialmente, porque ato vinculado.

23 - Uma proposta de emenda à Constituição, destinada a restringir direitos trabalhistas:

- a) precisa ser aprovada por metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) pode ser apresentada por metade, no mínimo, dos membros da Assembléia Legislativa de um dos Estados;
- c) deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos;
- d) pode ser apresentada pelo Presidente da República;
- e) não pode ser objeto de deliberação, porque a matéria é cláusula pétrea.

24 - Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar:

- a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;
- b) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal;
- c) nas infrações penais comuns, o Procurador-Geral da República;
- d) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União;
- e) o mandado de segurança contra ato dos Tribunais Regionais Federais.

25 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida mediante o controle externo:

- a) do Ministério Público Federal;
- b) do Tribunal de Contas da União;
- c) do Congresso Nacional;
- d) do Senado Federal;
- e) da Câmara dos Deputados.

26 - Os cargos, empregos e funções públicas somente podem ser exercidos:

- a) por brasileiros e estrangeiros, na forma da lei;
- b) por brasileiros natos e naturalizados, excluídos os estrangeiros;
- c) mediante aprovação em concurso público;
- d) mediante remuneração;
- e) cumulativamente, sem restrições, havendo compatibilidade de horário.

27 - Acerca da supremacia da Constituição, é correto afirmar que:

- a) o princípio da supremacia não tem relação com a rigidez constitucional;
- b) não há distinção essencial entre supremacia material e supremacia formal;
- c) a doutrina reconhece a supremacia material até nas constituições costumeiras;
- d) na Constituição brasileira de 1988 não vigora o princípio da supremacia;
- e) o princípio da supremacia impede a alteração do texto constitucional.

28 - São vedações constitucionais comuns aos magistrados e aos membros do Ministério Público:

- a) exercer atividade político partidária, na forma da lei;
- b) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- c) receber honorários, percentuais ou custas processuais, salvo em casos previstos em lei;
- d) residir na respectiva comarca;
- e) integrar os Tribunais através do "quinto constitucional".

29 - A legitimação do Ministério Público para a propositura da ação civil pública é:

- a) subsidiária;
- b) privativa;
- c) exclusiva;
- d) concorrente;
- e) excepcional.

30 - O servidor público que praticar ato de improbidade administrativa NÃO ficará sujeito a:

- a) perda da função pública;
- b) indisponibilidade dos bens;
- c) ressarcir o erário;
- d) suspensão dos direitos políticos;
- e) prisão administrativa provisória.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31 - Considerando as noções doutrinariamente fixadas acerca dos atos administrativos em espécie, identifique a alternativa INCORRETA:

- a) *autorização* é ato administrativo discricionário baseado no Poder de Polícia do Estado sobre a atividade privada;
- b) *aprovação* é o ato unilateral e vinculado pelo qual se exerce o exame *a priori* ou *a posteriori* de um outro ato administrativo;
- c) *homologação* é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico;
- d) *admissão* é ato administrativo vinculado que confere ao indivíduo, desde que preenchidos os requisitos legais, o direito de receber um serviço público;
- e) através de um ato administrativo de *permissão* a Administração pode delegar a um particular, sempre através de prévia licitação, a prestação de um serviço público.

32 - Consoante a doutrina e a orientação fixada na(s) súmula(s) da jurisprudência predominante no STF acerca da *revogação* dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

- a) não podem ser revogados os atos administrativos vinculados;
- b) a revogação do ato administrativo produz efeitos *ex nunc*, razão pela qual não se tem como cabível a revogação de atos que já exauriram seus efeitos;
- c) não se admite a revogação de atos administrativos eivados de vícios que os tornem ilegais;
- d) a revogação de uma licença administrativa (*stricto sensu*) ou de um ato administrativo que integre um procedimento pode ser determinada pela autoridade que praticou o ato ou por aquela que tenha poderes para dele conhecer de ofício ou por via de recurso;
- e) a revogação de ato administrativo é privativa da Administração Pública, sendo vedada tal iniciativa ao Poder Judiciário.

33 - É inexigível a licitação:

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
- b) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
- c) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- d) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;
- e) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

34 - Sobre o regime jurídico fixado em sede Constitucional para os servidores públicos civis, é correto afirmar que:

- a) o servidor público da Administração direta, autárquica ou fundacional investido no mandato eletivo de Prefeito ou Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
- b) o servidor público da Administração direta autárquica ou fundacional investido no mandato de Prefeito ou Vereador será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- c) aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, sendo vedada, em todo caso, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo referido regime;
- d) uma vez tendo adquirido estabilidade após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo mediante concurso público somente perderão o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou através de processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada a ampla defesa;
- e) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

35 - O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro (D. – Lei 220/75) veicula diversas normas referentes ao regime disciplinar dos servidores. Dentro desse contexto, analise as seguintes proposições:

- I – Ao funcionário público é proibido participar de diretoria, gerência, administração, conselho técnico ou administrativo, de empresa ou sociedade que seja permissionária ou concessionária de serviço público.
- II – O funcionário público está sujeito à penalidade de advertência em caso de negligência, a qual será aplicada verbalmente e comunicada ao órgão de pessoal.
- III – O funcionário público está sujeito à pena de demissão quando desrespeita proibição imposta pelo estatuto, desde que a falta seja grave, a juízo da autoridade hierarquicamente superior, e se comprovada a culpa ou o dolo em processo administrativo no qual lhe seja assegurada a ampla defesa.
- IV – O funcionário público está sujeito à pena de repreensão, a ser aplicada por escrito, no caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres, bem como no de reincidência específica em transgressão punível com pena de advertência.
- V – Prescreverá em dois anos a falta sujeita à pena de advertência; em três anos a falta sujeita à pena de repreensão e em cinco anos a falta sujeita à pena de demissão ou destituição da função.

Julgando as proposições acima, assinale:

- a) se somente uma estiver correta;
- b) se somente duas estiverem corretas;
- c) se somente três estiverem corretas;
- d) se somente quatro estiverem corretas;
- e) se todas estiverem corretas.

36 - Acerca das restrições impostas pelo Estado sobre a propriedade privada, aprecie as seguintes proposições:

- I – De acordo com a garantia insculpida na CF/88, as desapropriações efetivam-se sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- II – A requisição de propriedade particular é autorizada, consoante estatui a Constituição Federal, na hipótese de iminente perigo público, assegurada ao proprietário, em qualquer caso, indenização ulterior.
- III – Na desapropriação direta por utilidade pública incidirão juros compensatórios a contar da data em que foi requerida a imissão provisória na posse;
- IV – No valor da indenização serão incluídos os direitos do locador residencial do imóvel expropriado.
- V – Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública e afetados a uma finalidade de interesse público, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que o processo de desapropriação seja nulo.

Considerando as proposições acima, assinale:

- a) se todas estiverem corretas;
- b) se apenas uma estiver correta;
- c) se apenas duas estiverem corretas;
- d) se apenas três estiverem corretas;
- e) se apenas quatro estiverem corretas.

37 - A desapropriação por utilidade pública deverá:

- a) efetivar-se mediante acordo em âmbito administrativo ou ser intentada judicialmente dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de expedição do respectivo decreto;
- b) ser intentada judicialmente dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data de expedição do respectivo decreto;
- c) ser intentada judicialmente dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da notificação pessoal do expropriado para acordo em âmbito administrativo;
- d) efetivar-se mediante acordo em âmbito administrativo ou ser intentada judicialmente dentro do prazo de 2 (dois) anos, contados da data da expedição do respectivo decreto;
- e) ser intentada judicialmente dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data da notificação pessoal do expropriado para acordo em âmbito administrativo.

38 - Em tema de serviços públicos, considera-se *encampação*:

- a) o instrumento através do qual, por meio de decreto do chefe do Poder Concedente, a Administração Pública retoma temporariamente um serviço público, durante o prazo da concessão, em virtude do cometimento de falta contratual pelo concessionário;
- b) o mecanismo extintivo do contrato de concessão através do qual a Administração Pública, por meio de decreto do chefe do Poder Concedente e após prévia indenização, retoma a prestação do serviço público concedido, durante o contrato de concessão, em virtude do interesse público predominante;
- c) o mecanismo através do qual, no advento do termo final do contrato de concessão, os bens afetados à prestação do serviço reverterem ao patrimônio do Poder Concedente em virtude do princípio da continuidade do serviço público;
- d) a forma de extinção do contrato de concessão consistente na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização;
- e) a forma de extinção da concessão através da qual o Poder Concedente, mediante decreto autorizativo e após prévia indenização em títulos da dívida pública, retoma o serviço público concedido, durante o prazo da concessão, em caso de inexecução total ou parcial do contrato por parte do concessionário.

39 - No ordenamento jurídico pátrio, o Mandado de Segurança apresenta-se como importante instrumento de controle da Administração Pública. Conceituando o instrumento em questão, o Prof. José dos Santos Carvalho Filho assevera ser o mandado de segurança uma “ação de fundamento constitucional pela qual se torna possível proteger o direito líquido e certo do interessado contra ato do Poder Público” (in “Manual de Direito Administrativo”, ed. Lumen Juris, 4ª Edição, p. 679). Acerca deste remédio Constitucional, tendo em linha de conta a Lei n.º 1533/51 e a jurisprudência amplamente dominante, aprecie as seguintes proposições:

- I – Não se admite a impetração de mandado de segurança contra lei em tese.
- II – A concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.
- III – Não se concederá liminar em mandado de segurança impetrado visando à reclassificação ou equiparação de servidor público.
- IV – O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos cento e oitenta dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- V – Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato de que caiba recurso administrativo puramente no efeito devolutivo, independentemente de caução.

Considerando as proposições acima, assinale:

- a) se apenas uma estiver correta;
- b) se apenas duas estiverem corretas;
- c) se apenas três estiverem corretas;
- d) se apenas quatro estiverem corretas;
- e) se todas estiverem corretas.

40 - Acerca do regime jurídico dos funcionários públicos civis veiculado pelo Decreto-lei 220/75, é correto afirmar que:

- a) as penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis são: a advertência; a repreensão; a suspensão; a multa; a demissão e a cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- b) o inquérito administrativo precederá somente a aplicação das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- c) poderá ser requerida a revisão do inquérito administrativo de que haja resultado pena disciplinar, quando forem aduzidos fatos ainda não conhecidos ou alegada a injustiça da penalidade;
- d) está sujeito à pena de demissão o funcionário que incorre em “abandono de cargo”, assim entendida, para fins disciplinares, a ausência ao serviço, sem justa causa, por dez dias consecutivos;
- e) está sujeito à pena de demissão o funcionário que incorre em ausência ao serviço, sem causa justificada, por quinze dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

DIREITO CIVIL

41 - São legitimados para requerer a interdição do pródigo somente:

- a) ascendentes e filhos;
- b) filhos;
- c) descendentes, ascendentes e cônjuge;
- d) descendentes, ascendentes, cônjuges e colaterais até o quarto grau;
- e) pais.

42 - O dolo de terceiro determina a:

- a) anulação do negócio jurídico mesmo que as partes o desconheçam;
- b) nulidade do negócio jurídico;
- c) inexistência do negócio jurídico;
- d) anulação do negócio jurídico se uma das partes o soube;
- e) ineficácia do negócio jurídico.

43 - O menor relativamente incapaz:

- a) não responde pelos atos ilícitos em que for culpado;
- b) responde pelos atos ilícitos em que for culpado;
- c) responde pelos atos ilícitos em que for culpado desde que tenha 18 anos completos;
- d) responde pelos atos ilícitos em que for culpado caso seus pais não possuam bens;
- e) responde pelos atos ilícitos em que for culpado até a metade de seu patrimônio.

44 - Nas obrigações de restituir, até a efetiva entrega da coisa:

- a) o dono da coisa é o devedor;
- b) o dono da coisa é o credor;
- c) a coisa pertence tanto ao credor como ao devedor;
- d) o devedor não responde pelos danos que a coisa venha a sofrer por sua culpa;
- e) o devedor responde pelos danos que a coisa venha a sofrer mesmo em virtude de caso fortuito ou força maior.

45 - Caso o contrato silencie sobre quem deve escolher a coisa devida nas obrigações alternativas, a escolha cabe:

- a) ao devedor;
- b) ao credor;
- c) a terceiro;
- d) ao juiz;
- e) ao credor ou ao devedor.

46 - No ato ilícito:

- a) o dano é um de seus elementos;
- b) o dano não é elemento essencial;
- c) o dano deve ser exclusivamente material;
- d) o dano deve ser exclusivamente moral;
- e) não pode haver cumulação de dano material e dano moral.

47 - O Direito brasileiro admite o divórcio:

- a) direto após um ano de separação de fato;
- b) conversão após dois anos da sentença de separação judicial;
- c) direto com atribuição de culpa depois de um ano de separação de fato;
- d) conversão depois de três anos da sentença de separação judicial;
- e) direto após dois anos de separação de fato e conversão após um ano da sentença de separação judicial.

48 - Na ação de investigação de paternidade, no caso de falecimento do suposto pai, são legitimados passivos exclusivamente:

- a) o espólio;
- b) o inventariante;
- c) o cônjuge do suposto pai;
- d) os ascendentes do suposto pai;
- e) os herdeiros do suposto pai.

49 - Na falta de ascendentes, cabe a obrigação alimentar exclusivamente aos:

- a) descendentes;
- b) irmãos;
- c) descendentes e faltando estes, aos irmãos germanos;
- d) descendentes e faltando estes, aos irmãos unilaterais;
- e) descendentes e faltando estes, tanto aos irmãos germanos como aos unilaterais.

50 - O direito de representação:

- a) na linha ascendente só vai até o segundo grau;
- b) nunca ocorre na linha colateral;
- c) nunca ocorre na linha ascendente;
- d) na linha ascendente só vai até o segundo grau;
- e) depende de previsão testamentária.

DIREITO PENAL

51 - A única hipótese que NÃO constitui elemento do crime culposo é:

- a) imperícia;
- b) imprevisibilidade;
- c) resultado involuntário;
- d) nexo de causalidade;
- e) negligência.

52 - João, vendedor ambulante, adquiriu um aparelho de DVD de marca importada, sem nota fiscal, de um conhecido de parca situação financeira, de apenas 16 anos de idade, que o subtraiu do chefe para aquisição de drogas com o produto da venda. A conduta de João constitui:

- a) crime de furto simples;
- b) crime de receptação culposa;
- c) fato penalmente irrelevante;
- d) crime de receptação qualificada;
- e) crime de furto qualificado.

53 - Delegado de Polícia que deixa de colocar em liberdade pessoa acautelada por força de prisão temporária, cujo prazo já se expirou e o pedido de revogação foi negado pelo Magistrado, concedendo a liberdade ao indiciado, comete o delito de:

- a) cárcere privado;
- b) prevaricação;
- c) abuso de autoridade;
- d) constrangimento ilegal;
- e) seqüestro.

54 - A única hipótese abaixo que NÃO admite tentativa é:

- a) peculato;
- b) latrocínio;
- c) induzimento ao suicídio;
- d) infanticídio;
- e) seqüestro.

55 - Rogério, com a intenção de causar a morte de Paulo, e sabendo que este coloca ração, todas as manhãs, para um cachorro num terreno próximo a sua residência, passa na vasilha destinada à colocação do alimento do animal um veneno que acarreta a morte em algumas horas, com um simples contato do corpo. Entretanto, para surpresa de Rogério, na manhã esperada, em lugar de Paulo, comparece para alimentar o cão o filho de seu desafeto, Lucas, que acaba por tocar a vasilha e contaminar-se. Com o escopo de afastar qualquer suspeita, Rogério tranca Lucas num cômodo existente no local, impedindo-o de solicitar socorro. Em seguida, ao constatar que Lucas já havia falecido, Rogério retira-lhe o relógio do pulso, guardando-o em sua residência. Indique o(s) crime(s) perpetrado(s) por Rogério:

- a) tentativa de homicídio em relação a Paulo e homicídio culposo em relação a Lucas;
- b) homicídio qualificado e roubo;
- c) latrocínio;
- d) homicídio qualificado e furto;
- e) homicídio qualificado.

56 - A obediência hierárquica configura causa de:

- a) exclusão da culpabilidade;
- b) exclusão da ilicitude;
- c) exclusão de tipicidade;
- d) diminuição de pena;
- e) inimputabilidade.

57- Pedro e José, ambos armados, acreditando que a proprietária estivesse viajando, ingressam no interior de uma residência para prática de furto. Coube ao primeiro subtrair os bens do andar térreo e ao segundo subtrair os bens do pavimento superior. Após efetuada a subtração, José depara-se com a moradora no interior da sauna, sem qualquer roupa, situação que desperta sua libido, fazendo com que pratique com a mesma conjunção carnal, mediante grave ameaça. É correto afirmar que:

- a) ambos respondem pelos crimes de furto qualificado e estupro;
- b) Pedro responde pelo crime de furto qualificado e José pelos crimes de furto qualificado e estupro;
- c) Pedro responde pelo crime de roubo e José pelos crimes de roubo e estupro
- d) Pedro responde pelo crime de furto simples e José pelos crimes de furto simples e estupro;
- e) Pedro responde pelo crime de furto e José pelos crimes de roubo e estupro.

58 - Aponte o item abaixo que impede a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito:

- a) pena de reclusão de 4 anos;
- b) reincidência específica em crime doloso;
- c) nova prática de crime culposo;
- d) crime praticado mediante fraude;
- e) pena de cinco anos em crime culposo.

59 - Luís, funcionário público, ao receber uma representação no exercício de suas funções, leva-a para sua residência. Dois meses após o incidente, Mário, chefe do funcionário, inconformado com o péssimo desempenho de Luís, obtém a transferência deste para outro setor. Indignado, Luís encaminha a representação para a comissão de sindicâncias, esclarecendo que Mário não deu prosseguimento ao expediente para proteger o representado, com quem mantinha relação amorosa. Instaura-se procedimento para investigação da veracidade das informações. Indique os delitos cometidos por Luís:

- a) subtração de documento e calúnia;
- b) extravio ou sonegação de documento e calúnia;
- c) subtração de documento e denúncia caluniosa;
- d) supressão de documento e denúncia caluniosa;
- e) extravio ou sonegação de documento e denúncia caluniosa.

60 - Ana adquiriu grande quantidade de substância entorpecente para seu próprio uso. Durante o percurso para sua residência, Ana é abordada por um menor que, mediante grave ameaça, exige-lhe a entrega de todos os valores. Como não dispusesse de qualquer bem além da droga e temendo ser agredida pelo infrator, Ana fornece-lhe certa quantidade do entorpecente que é por ele aceita. No exato momento em que se fazia a tradição, um policial militar passa pelo local e ao avistar a entrega da droga, dá voz de prisão a Ana e ao menor. Indique a correta autuação das condutas de Ana:

- a) tráfico de entorpecente;
- b) uso e tráfico de entorpecente;
- c) uso, tráfico e corrupção de menores;
- d) uso de entorpecente e corrupção de menores;
- e) uso de entorpecente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61 - Segundo o princípio da motivação das decisões judiciais:

- a) as desprovidas de fundamentação são anuláveis;
- b) as desprovidas de fundamentação são inexistentes;
- c) as mal fundamentadas são inexistentes;
- d) as aparentemente fundamentadas são válidas;
- e) as desprovidas de fundamentação são nulas, bem como as mal fundamentadas.

62 - São elementos identificadores da demanda exclusivamente:

- a) as partes e a causa de pedir;
- b) a causa de pedir e o pedido ou objeto;
- c) as partes e o pedido ou objeto;
- d) o objeto e a causa de pedir;
- e) as partes, a causa de pedir e o pedido ou objeto.

63 - O pedido de divórcio conversão:

- a) somente pode ser formulado após dois anos da sentença de separação judicial;
- b) admite reconvenção;
- c) não admite reconvenção;
- d) pode ser requerido por qualquer interessado;
- e) pode ser formulado seis meses depois da sentença de separação judicial.

64 - A sentença de divórcio direto litigioso:

- a) tem que decidir sobre a partilha de bens;
- b) não está obrigada a decidir sobre a partilha;
- c) é declaratória;
- d) não necessita de fundamentação;
- e) não faz coisa julgada.

65 - A liquidação de sentença:

- a) é mera fase do processo;
- b) não é processo autônomo;
- c) desafia recurso de agravo de instrumento;
- d) desafia recurso de apelação;
- e) é processo autônomo que se coloca depois da execução.

66 - A penhora produz efeitos exclusivamente:

- a) processuais (garantir o juízo);
- b) materiais (tornar ineficazes os atos de alienação do bem apreendido);
- c) processuais (garantir o juízo e retirar do executado a posse direta do bem penhorado);
- d) materiais (individualizar os bens e tornar ineficazes os atos de alienação do bem apreendido);
- e) processuais (garantir o juízo, individualizar os bens, gerar para o exequente o direito de preferência) e materiais (retirar do executado a posse direta do bem penhorado e tornar ineficazes os atos de alienação ou oneração do bem apreendido judicialmente).

67 - Recurso é o remédio voluntário idôneo a ensejar:

- a) em outro processo, exclusivamente a reforma de decisão judicial que se impugna;
- b) em outro processo, exclusivamente a invalidação de decisão judicial que se impugna;
- c) dentro do mesmo processo, exclusivamente a reforma ou a invalidação de decisão judicial que se impugna;
- d) dentro do mesmo processo, exclusivamente a ineficácia de decisão judicial que se impugna;
- e) dentro do mesmo processo, exclusivamente a reforma, a invalidação o esclarecimento ou a integração de decisão judicial que se impugna.

68 - Recurso total é aquele em que se ataca:

- a) toda a decisão;
- b) parte da decisão;
- c) todo o conteúdo impugnável da decisão;
- d) parte do conteúdo impugnável da decisão;
- e) o relatório.

69 - Apelação é o recurso cabível exclusivamente contra:

- a) sentença definitiva ou nula;
- b) sentença definitiva ou terminativa;
- c) sentença terminativa ou anulável;
- d) decisão interlocutória;
- e) despacho de mero expediente.

70 - Os embargos infringentes são o recurso cabível somente contra acórdão:

- a) não unânime que no julgamento de apelação não reforma sentença terminativa;
- b) não unânime, que no julgamento de apelação reforma a sentença de mérito;
- c) unânime, que no julgamento de apelação reforma a sentença no mérito;
- d) não unânime, que no julgamento de apelação anula a sentença de mérito;
- e) não unânime, que no julgamento de apelação reforma sentença terminativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

71 - “Os adeptos do DIREITO PENAL MÍNIMO são denominados abolicionistas moderados. (...) Podemos sintetizar a proposta deste movimento de política criminal em poucas palavras: ‘MÍNIMA INTERVENÇÃO COM O MÁXIMO DE GARANTIAS (...)’.

“O Direito Penal tem caráter fragmentário, tendo em vista que não se constitui em um sistema exaustivo de proteção de bens jurídicos, limitando-se a eleger, conforme um critério de merecimento de pena, determinadas condutas consideradas nocivas à sociedade (Almeida, Gevan. Modernos Movimentos de Política Criminal e seus Reflexos na Legislação Brasileira, Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2002, págs. 21 e 27).

O texto acima é indicador da adoção, no processo penal:

- a) do princípio da fungibilidade;
- b) da teoria do garantismo;
- c) do sistema inquisitivo;
- d) do sistema do livre convencimento do juiz;
- e) do princípio da personalidade da pena.

72 - Tício foi julgado pelo Conselho de Sentença, no Tribunal do Júri, por dois crimes, conexos entre si: homicídio qualificado e extorsão mediante seqüestro, com resultado morte (arts. 121, §2º, II e 159, §3º, última parte, respectivamente, ambos do CP). Os jurados, por unanimidade de votos, absolveram Tício do crime de homicídio qualificado e, por maioria, o condenaram pela extorsão mediante seqüestro, com resultado morte, e foi-lhe aplicada uma pena mínima de 24 anos de reclusão.

O recurso cabível da parte da decisão que o condenou a 24 anos de reclusão pela extorsão mediante seqüestro, com resultado morte é:

- a) protesto por novo júri;
- b) apelação;
- c) recurso em sentido estrito;
- d) embargos infringentes;
- e) agravo de instrumento.

73 - "No mais, o assistente poderá atuar, desde que restrito às atividades, de numerus clausus, inseridas no art. 271 do CPP.

Dessa maneira, ao contrário de outros ilustres autores que se ocuparam da matéria, vejo, apenas, diminuída a atuação do assistente do Ministério Público no processo penal após 1988. Ela, porém, ainda sobrevive de forma mitigada.

Portanto, minha posição doutrinária é de restrição, mas não de exclusão daquela figura processual" (artigo "O Recurso do Assistente do Ministério Público" do procurador de justiça, Dr. Sérgio Demoro Hamilton).

A posição doutrinária exposta acima se baseia na análise do sistema:

- a) do livre convencimento do juiz;
- b) inquisitivo;
- c) acusatório;
- d) do juizado de instrução;
- e) da prova legal.

74 - O defensor público em exercício em uma Vara Criminal da comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro tomou ciência da sentença condenatória do seu assistido em 12 de abril – sexta feira. Na data de 24 de abril – quarta feira - do mesmo ano, durante o expediente forense, interpôs recurso de apelação, por entender que o réu é inocente, pedindo ao juiz abertura de vista para oferecer razões recursais e posterior remessa dos autos ao Tribunal para reforma da decisão. Os autos do recurso vão ao Tribunal e abre-se vista ao procurador de justiça para emitir parecer.

Na análise do juízo de prelibação do recurso, o procurador de justiça deverá emitir parecer pelo:

- a) provimento do recurso;
- b) improvimento do recurso;
- c) não conhecimento do recurso face sua intempestividade;
- d) conhecimento do recurso face sua tempestividade;
- e) retorno dos autos à vara de origem para o exercício do juízo de retratação do recurso.

75 - No crime de assédio sexual, sendo a vítima pobre, a ação penal é:

- a) pública incondicionada, de iniciativa do Ministério Público;
- b) de iniciativa privada personalíssima, pois somente a vítima pode intentar a ação;
- c) pública condicionada à requisição, de iniciativa do Ministério Público;
- d) pública incondicionada de iniciativa da vítima por ser pobre;
- e) pública condicionada à representação, de iniciativa do Ministério Público.

76 - Ao se manifestar sobre o juízo de admissibilidade da acusação, o juiz de uma comarca da capital deixou de receber a denúncia por entender que o crime de porte de arma não pode ser processado e julgado no juízo singular, remetendo o feito ao juizado especial criminal. O promotor de justiça em exercício naquela promotoria, discordando, interpôs recurso por entender que a Lei 10.259/01 não se aplica ao Juizado Especial Criminal estadual e, portanto, o juiz singular deve processar e julgar o fato.

A hipótese configura:

- a) conflito de competência entre o juiz e o promotor;
- b) conflito de atribuição entre o juiz e o promotor;
- c) conflito de jurisdição entre o juiz e o promotor;
- d) incompetência do juízo;
- e) ausência de atribuição do juiz.

77 - Sendo a pronúncia uma decisão interlocutória mista não terminativa, o prazo para que o juiz a profira é de:

- a) dez dias
- b) três dias, se o réu estiver preso;
- c) oito dias;
- d) quatro dias, se o réu estiver preso;
- e) quinze dias.

78 - Sendo um Deputado Federal acusado da prática de um crime comum, é correto afirmar que:

- a) desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime afiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa;
- b) recebida a denúncia contra o Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação;
- c) desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa;
- d) recebida a denúncia contra o Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Superior Tribunal de Justiça dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação;
- e) desde a data da posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime afiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa.

79 - Encontrando-se o indiciado preso pelo art. 16, o prazo de conclusão do inquérito policial previsto na Lei 6.368/76 é de:

- a) 3 dias;
- b) 5 dias;
- c) 8 dias;
- d) 10 dias;
- e) 15 dias.

80 - Tício foi condenado a oito anos de reclusão pela prática do crime de roubo com emprego de arma de fogo por um determinado juiz. Transitada em julgado a sentença e após ter cumprido mais de um terço da pena, Tício requer ao juiz competente o livramento condicional que foi indeferido. O recurso cabível dessa decisão é:

- a) recurso em sentido estrito;
- b) apelação;
- c) mandado de segurança;
- d) embargos infringentes;
- e) agravo.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MP

81 - Um promotor de justiça impetra no Tribunal de Justiça mandado de segurança contra ato de juiz de direito. O mandado de segurança deve ser extinto sem exame do mérito:

- a) porque promotor de justiça não pode atuar em segundo grau de jurisdição;
- b) desde que o promotor de justiça não tenha sido designado para atuar em segundo grau;
- c) desde que o procurador de justiça não concorde com a atuação do promotor de justiça em segundo grau;
- d) desde que o promotor de justiça não tenha atribuição para impugnar o ato do juiz de direito apontado como autor do ato ilegal;
- e) desde que o Procurador-Geral de Justiça não concorde com a atuação do promotor de justiça em segundo grau.

82 - As atribuições das Promotorias de Justiça devem ser fixadas mediante:

- a) proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça;
- b) proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado;
- c) proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- d) proposta do Colégio de Procuradores de Justiça, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado;
- e) proposta do Conselho Superior do Ministério Público, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado.

83 - O Procurador-Geral de Justiça alterou a sede da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher, transferindo-a do Centro da Cidade para a Barra da Tijuca. O promotor de justiça titular do órgão deve:

- a) recorrer da decisão, porque o ato contraria o princípio da inamovibilidade;
- b) recorrer da decisão, porque o ato contraria o princípio do promotor natural;
- c) recorrer da decisão, porque o ato somente poderia ter sido praticado com sua concordância;
- d) cumprir a decisão, passando a funcionar na nova sede, porque é seu dever acatar as decisões dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, no plano administrativo;
- e) cumprir a decisão, passando a funcionar na nova sede, porque sua independência funcional é condicionada ao convencimento do Procurador-Geral.

84 - Extinto o cargo ocupado por funcionário público estável, este deverá ser:

- a) posto em disponibilidade, com recebimento de remuneração integral;
- b) posto em disponibilidade, com recebimento de remuneração proporcional;
- c) aposentado, com recebimento de remuneração integral;
- d) aposentado, com recebimento de remuneração proporcional;
- e) colocado em disponibilidade não remunerada, até ocupar outro cargo.

85 - O membro do Ministério Público que toma ciência de decisão judicial contrária ao que foi requerido pelo próprio Ministério Público deve:

- a) recorrer, obrigatoriamente, da decisão;
- b) desistir, expressamente, do direito de recorrer;
- c) cientificar os demais membros do Ministério Público com atribuição concorrente;
- d) cientificar o Corregedor-Geral do Ministério Público;
- e) justificar, quando não quiser recorrer.

86 - A resposta ao Agravo de Instrumento interposto em ação civil pública com trâmite em primeiro grau, tendo o Ministério Público como autor, é de atribuição do:

- a) procurador de justiça da Câmara competente;
- b) Procurador-Geral de Justiça;
- c) promotor de justiça do órgão de primeiro grau, onde tramita a ação;
- d) procurador de justiça e do Procurador-Geral de Justiça, concorrentemente;
- e) promotor de justiça e do procurador de justiça, concorrentemente.

87 - O servidor público de ineficiência comprovada, com caráter de habitualidade, no desempenho de seus encargos, estará sujeito à pena de:

- a) transferência compulsória;
- b) suspensão;
- c) demissão;
- d) repreensão;
- e) multa indenizatória.

88 - O membro do Ministério Público que verificar que seu cônjuge, que também é membro do Ministério Público, funcionou, nessa qualidade, em determinado feito, deve:

- a) manifestar-se no processo, se tiver atribuição;
- b) deixar de se manifestar no processo, por motivo de foro íntimo;
- c) manifestar-se no processo somente se este estiver em segundo grau;
- d) deixar de se manifestar no processo, por motivo de impedimento;
- e) manifestar-se somente se o seu cônjuge não tiver interesse pessoal no processo.

89 - O promotor de justiça da Comarca de Itaperuna é nomeado, sem o seu consentimento, pelo Juiz Eleitoral para integrar uma das juntas eleitorais daquela Zona Eleitoral. O ato do juiz:

- a) é legal, porque a Constituição Federal atribui ao Ministério Público a defesa do regime democrático;
- b) é legal, desde que o promotor tenha atribuição eleitoral;
- c) é legal, porque o Judiciário pode nomear qualquer cidadão, inclusive quem ocupe cargo de promotor de justiça, para integrar as juntas eleitorais;
- d) é ilegal, porque é vedado aos membros do Ministério Público exercer qualquer outra função pública;
- e) é ilegal, porque não houve o consentimento do promotor.

90 - A aposentadoria dos membros do Ministério Público, quando voluntária, deve:

- a) observar o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, além de outros requisitos específicos;
- b) observar o tempo mínimo de dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, além de outros requisitos específicos;
- c) observar requisitos e critérios diferenciados;
- d) permitir a percepção da aposentadoria no cargo de promotor de justiça cumulada com a aposentadoria no cargo de procurador de justiça;
- e) computar a contagem do tempo de contribuição referente às funções eleitorais que exerceu.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

As questões de número 91 até 100 referem-se à configuração padrão de software e hardware do fabricante. Quando aplicável, todos os softwares devem ser considerados em sua versão em português, exceto quando houver especificação em contrário.

91 - A seguinte pergunta foi enviada por um leitor a uma coluna de informática de um conhecido jornal carioca: "A tela de meu computador apresenta uma cintilação desagradável, que é mais visível em uma tela branca. Ao final do dia chego a ter dores de cabeça. Um técnico de informática conhecido disse que o problema é causado por "flicker". O que devo fazer para resolver o problema?". Para que o monitor do usuário pare de cintilar e tenha uma imagem mais estável, ele deve:

- a) aumentar a resolução da área de trabalho, caso o monitor e a interface de vídeo suportem;
- b) aumentar o brilho do monitor;
- c) configurar a taxa de atualização do vídeo em uma frequência maior do que 60 Hz, caso o monitor e a interface de vídeo suportem;
- d) utilizar o computador longe de lâmpadas fluorescentes;
- e) utilizar o computador longe de lâmpadas incandescentes.

92 - A necessidade de acrescentar mais memória RAM ao computador é indicada pelo seguinte sintoma:

- a) a conexão com a Internet é instável e cai frequentemente;
- b) frequentemente, ao tentar um acesso a uma página Web, o browser apresenta uma mensagem de erro 404 dizendo que a página não foi localizada;
- c) o computador frequentemente apresenta a mensagem de falha geral de proteção do Windows sobre uma tela azul;
- d) os programas demoram a abrir; o disco rígido é constantemente acessado indicando a utilização intensa de memória virtual;
- e) toda vez que o usuário salva um arquivo, o Windows acusa falta de espaço em disco.

93 - O "modo de segurança" do Windows é:

- a) a forma mais segura para navegar na Internet, minimizando as possibilidades de se contrair vírus de computador;
- b) como o sistema se defende de ataques de hackers;
- c) o modo correto para se instalar programas através do CD-ROM/DVD-ROM;
- d) o modo padrão de funcionamento do Windows;
- e) utilizado para recuperar erros de configuração do sistema que não podem ser recuperados no modo normal.

94 - O endereço de um servidor de arquivos chamado "guanabara" em uma rede Microsoft é:

- a) \\guanabara
- b) file://guanabara
- c) ftp://ftp.guanabara.com.br
- d) http://guanabara
- e) http://www.guanabara.com.br

95 - Através do menu *Ferramentas*, opção *Opções*, *Salvar* é possível configurar duas senhas no Microsoft Word para proteção do documento aberto: *Senha de proteção* e *Senha de gravação*. A finalidade dessas duas senhas é, respectivamente:

- a) proteger o documento contra cópias não autorizadas; proteger o documento contra leituras não autorizadas;
- b) proteger o documento contra leituras e escritas não autorizadas; proteger o documento contra cópias não autorizadas;
- c) proteger o documento contra leituras não autorizadas; proteger o documento contra cópias não autorizadas;
- d) proteger o documento contra alterações não autorizadas; proteger o documento contra cópias não autorizadas;
- e) proteger o documento contra leituras não autorizadas; proteger o documento contra alterações não autorizadas.

96 - Ao observar que uma dada palavra ou conjunto de palavras repete-se frequentemente no documento que está sendo digitado, o usuário do Microsoft Word pode valer-se de uma série de recursos do editor, para acelerar o processo de digitação. O recurso que NÃO pode ser usado para essa finalidade é:

- a) AutoCorreção;
- b) AutoResumo;
- c) AutoTexto;
- d) Copiar e Colar através do Clipboard;
- e) Macros.

97 - Observe a figura abaixo, referente aos diversos modos de apresentação dos arquivos no diálogo *Abrir Arquivo* do Microsoft Word.



As principais informações disponíveis em cada modo de apresentação (*Listar*, *Detalhes*, *Propriedades* e *Visualizar*) são, respectivamente:

- a) nome, tamanho, tipo e data de modificação de cada arquivo na pasta selecionada; relação de arquivos na pasta selecionada; informações detalhadas, tais como autor do documento e número de palavras do arquivo selecionado; visualização do conteúdo do arquivo selecionado;
- b) relação de arquivos na pasta selecionada; nome, tamanho, tipo e data de modificação de cada arquivo na pasta selecionada; informações detalhadas, tais como autor do documento e número de palavras do arquivo selecionado; visualização do conteúdo do arquivo selecionado;
- c) relação de arquivos na pasta selecionada; nome, tamanho, tipo e data de modificação de cada arquivo na pasta selecionada; visualização do conteúdo do arquivo selecionado; informações detalhadas, tais como autor do documento e número de palavras do arquivo selecionado;

- d) visualização do conteúdo do arquivo selecionado; informações detalhadas, tais como autor do documento e número de palavras do arquivo selecionado; nome, tamanho, tipo e data de modificação de cada arquivo na pasta selecionada; relação de arquivos na pasta selecionada;
- e) visualização do conteúdo do arquivo selecionado; nome, tamanho, tipo e data de modificação de cada arquivo na pasta selecionada; informações detalhadas, tais como autor do documento e número de palavras do arquivo selecionado; relação de arquivos na pasta selecionada.

98 - O histórico do MS Internet Explorer armazena:

- a) os conteúdos dos últimos sites visitados por você;
- b) os conteúdos para visitação off-line de sites na web;
- c) os endereços dos últimos sites visitados por você;
- d) os endereços, selecionados por você, de sites na web;
- e) uma lista de comandos enviados para o MS IE.

99 - Ao posicionar-se o mouse sobre uma figura em um documento HTML, a barra de status do Internet Explorer apresenta o seguinte texto:

http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/RCL3Q2001.pdf

O texto acima indica para o usuário:

- a) que o nome da figura é RCL3Q2001.pdf;
- b) que se o mouse for pressionado sobre a figura, a página HTML especificada no texto acima será apresentada na janela do browser;
- c) que se o mouse for pressionado sobre a figura, esta será apresentada em uma nova janela do Internet Explorer;
- d) que se o mouse for pressionado sobre a figura, o documento RCL3Q2001.pdf será aberto na janela do browser (se o correspondente plugin estiver instalado);
- e) que se o mouse for pressionado sobre a figura, o documento RCL3Q2001.pdf será salvo na pasta windows\temp no disco rígido do usuário.

100 - Um vírus de computador é, na verdade, um programa como outro qualquer. Ele apenas possui algumas características especiais que o assemelham a um vírus verdadeiro. Um vírus de computador NÃO pode estar armazenado:

- a) em um arquivo de imagem GIF (.gif);
- b) em um arquivo executável (.exe);
- c) em uma página HTML (.html);
- d) no servidor de arquivo de sua rede local;
- e) no setor de carga (setor de boot ou boot sector) de um disco.